

## 2. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA HOMOSSEXUALIDADE

Nesse capítulo, abordo a construção sócio-histórica da categoria de homossexual e dos movimentos de resistência dela decorrentes. Ainda nessa capítulo, traço um panorama da homoafetividade no Brasil.

Minha preocupação não é a questão do desejo, se nasce ou não com o indivíduo, se é construído ou não; meu foco está na construção sócio-histórica da categoria. Meu posicionamento tem como suporte os estudos de McIntosh ([1968, 1996]1997), que argumenta que a questão não é discutir se a homossexualidade é inata ou adquirida; a questão é por que motivo a homossexualidade é colocada como condição, como um problema social. Para ela, rotular pessoas como desviantes é um dos mecanismos de controle social tornando públicas as normas de comportamento, isolando os desviantes como se faz com criminosos que desobedecem as leis (McIntosh, [1968,1996]1997: 35). Dessa forma, a homossexualidade no mundo ocidental seria uma construção com raízes na história política e econômica.

Nos séculos anteriores ao século XIX, não havia a categoria homossexual, que viria a surgir, como veremos, com o discurso médico. Até então, existia a figura do sodomita, que não era uma categoria identitária, mas alguém que cometia o ato da sodomia. Para compreender como e por que houve esta transição de concepção enquanto ato para identidade sexual, temos que percorrer o caminho da construção da categoria homossexualidade através da história.

Na Inglaterra, durante o governo de Henrique VIII, a bestialidade foi considerada crime passível de pena de morte, permanecendo assim até 1861. Bestialidade era definida como qualquer ato contra a natureza (sodomia), fosse entre homens e mulheres, homens e animais ou homens e homens. Weeks ([1996]1997: 45) coloca que o ponto importante desta lei é o de que ela fala de atos e não de pessoas, ou seja, a sodomia não estava vinculada a um determinado tipo de pessoa, mas era vista como um comportamento possível a qualquer indivíduo.

Foucault ([1978]2005: 22) localiza o século XVIII como o início da multiplicação dos discursos sobre sexo no campo do poder. As questões relativas a crescimento

populacional, fontes de trabalho e mão de obra obrigaram os governos a administrarem o sexo, fazendo com que os discursos sobre o sexo viessem sob “forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (p.26-27). Necessitava-se pensar na população como geradora de economia do Estado, portanto, sua reprodução passou a ser de interesse público. Entretanto, não devemos interpretar que os discursos sobre sexo eram dirigidos apenas às classes populares que, em última análise, representavam o maior número de trabalhadores. Os discursos sobre sexo tinham, em primeiro lugar, que garantir a longevidade e a descendência das classes dominantes, como meio de controle econômico e político (p.116). Se na aristocracia o relevante era o sangue, garantindo uma homogeneidade social, na burguesia era a saúde. Os casamentos não eram mais governados somente pela paridade financeiro-social, mas pela ameaça da hereditariedade. A manutenção da saúde dos corpos representava manter-se no poder, perpetuar uma “raça” (p.117-118), protegida pelos papéis sexuais e as divisões de poder inerentes a eles.

Trumbach (1992: 96) alega que, no século XVIII, havia dois tipos de corpos (homem e mulher) e três tipos de gênero (masculino, feminino e sodomita), uma vez que o sodomita experienciava seus desejos como resultado de educação ou socialização corrompida, não devido a uma condição do corpo. Na sociedade burguesa emergente daquele século, o sodomita tinha importância, pois garantia a manutenção das relações de poder entre homens e mulheres, já que destacava o comportamento sexual (desejo por homens, sentido por sodomitas e mulheres) como marca de diferença de gênero (homens só desejavam mulheres). Isso nos remete a Laqueur (apud Nunan, 2001:8), que estabelece que a busca por estabelecer diferenças só ocorreu porque “essas diferenças se tornaram politicamente importantes.”

Podemos ver que, embora houvesse o sodomita, este era única e exclusivamente pautado no comportamento sexual, não existindo, ainda, a categoria homossexual. Esta só viria a surgir no século XIX, com o discurso médico. Foi depois do advento da separação da medicina geral do corpo da medicina do sexo, com a publicação, em 1846, da *Psychopatia Sexualis*, de Heinrich Kaan, que passou a vigorar “um domínio médico-psicológico das ‘perversões’, que viria a tomar o lugar das velhas categorias morais de devassidão e da extravagância” (Foucault, [1978]2005: 111).

Ao longo do século XIX, médicos lançaram diversas teorias acerca do comportamento homossexual: homossexuais seriam almas femininas presas em corpos masculinos, homossexuais constituiriam um terceiro sexo (Hekma, 1992: 238). A psicanálise de Freud teve papel de destaque naquele período, pois, embora falasse em instinto sexual, o desvinculava de questões hereditárias, logo, de racismo e eugenismo (Foucault, [1978]2005: 112-113). É ainda Freud quem estabelece que parte da civilização restringe a vida sexual e regula os relacionamentos mútuos e sociais entre os seres humanos em busca de uma unidade cultural a partir da infância (Freud, [1929, 1930]1996:109-110). Assim, ainda que tenha contribuído para a patologização da homossexualidade, estabelece o papel da sociedade nas restrições às diferentes manifestações sexuais, pois é ela que prescreve “um tipo único de vida sexual para todos, não leva em consideração as dessemelhanças, inatas ou adquiridas, na constituição sexual dos seres humanos; cerceia, em bom número deles, o gozo sexual, tornando-se assim fonte de grave injustiça” (p.109-110). Portanto, apesar de ter desempenhado um papel na medicalização do sexo, a Psicanálise “foi, até os anos 40, a única que se opôs, rigorosamente, aos efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência” (Foucault, [1978]2005: 112-113).

O Brasil, seguindo o modelo europeu, passa a buscar abordagens científicas para a homossexualidade. Os médicos a vêem como “inversão congênita ou psíquica”, estudam suas origens e prescrevem os tratamentos (Trevisan, 2000:179), ou seja, aqui, também, homossexualidade passa à categoria identitária.

O que podemos observar é uma rede de discursos voltados para a questão da homossexualidade. Segundo Foucault ([1978]2005: 64), há uma reduplicação de discursos através de procedimentos de confissão e discursividade científica, considerando-se que os indivíduos apenas trocaram a confissão da igreja pela confissão médica e os sermões de púlpito foram substituídos pelos discursos médicos. Essa argumentação poderia dar a impressão de que a homossexualidade já era tratada nos séculos anteriores. Contudo, se no discurso anterior o “sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (Foucault, [1978]2005:44).

A partir do momento em que o comportamento sexual passa a categoria identitária, cria-se uma minoria que fica passível de discriminação social. Entretanto, não

houve uma conformidade absoluta com as restrições impostas aos indivíduos cuja prática sexual era considerada desviante. Houve, como veremos nas sub-seções seguintes, movimentos e organizações criados com a finalidade de buscar legitimidade social e política para os homossexuais. Ainda que, de certa forma, acabassem por dar substância a essa identidade, reforçando a noção de diferença, esses movimentos foram importantes na medida em que contribuíram para a posição que os homoafetivos ocupam hoje, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de sua resiliência com relação ao estigma de serem gays. A visibilidade que agora têm só é possível devido aos movimentos do passado.

## 2.1 O movimento homófilo

Originárias na Europa, principalmente na Alemanha, as organizações homófilas buscavam reformas políticas com o intuito de aumentar a tolerância e descriminalizar a homossexualidade. Quando a Alemanha, em 1869, considerava um novo código penal que criminalizaria o sexo entre pessoas do mesmo sexo, Benkert, médico alemão, escreveu ao Ministro da Justiça, alegando que a homossexualidade era inata, portanto, não era culpa do indivíduo, tampouco era nociva à sociedade. Não obteve sucesso: o artigo 175 entrou em vigor em 1871 (Jagose, 2000:23).

Hirschfeld, neurologista também alemão, fundou o Comitê Científico Humanitário em 1897, com o objetivo de abolir o código acima citado. Assim como seu colega, enfatizou a natureza congênita da homossexualidade, que seria, na verdade, um terceiro sexo (Hekma, 1992; Fout, 1992; Jagose, 2000). Segundo o médico, os hormônios teriam papel expressivo no desenvolvimento da diferença sexual (Weeks, [1996]1997: 51). O que é surpreendente é o fato de que esse tipo de postura, bastante compreensível em sua época, esteja hoje sendo repetido por cientistas que buscam o DNA responsável pela homossexualidade, ou seja, voltamos ao século XIX, pesquisando fatores físicos que levariam indivíduos a desejarem fazer sexo com pessoas de mesmo sexo, desviando-nos da questão sobre os motivos de a prática sexual ter passado a ser tão relevante.

Segundo Fout (1992), na mesma década das colocações de Hirschfeld, havia sido iniciado um movimento organizado de moral puritana. As associações de moral puritana tinham como objetivo analisar questões que ameaçavam os valores cristãos, como

casamento e família. Eram compostas, em sua maioria, por homens da elite profissional: educadores, pastores, funcionários públicos, militares e homens de negócios. Naquela época, as mulheres e as feministas estavam começando a buscar algumas dessas profissões, representando, assim, um perigo para a hegemonia masculina (Fout, 1992: 277). O ataque à homossexualidade por parte das associações de moral puritana tinha razão de ser, pois era uma forma de preservar o mito da supremacia masculina, impedindo que o poder mudasse de mãos (Fout, 1992: 280).

Os movimentos de resistência não se restringiram à Europa. Em 1924, nos Estados Unidos, foi fundada a Chicago Society for Human Rights, que buscava proteger os interesses daqueles que tinham anormalidades mentais e psíquicas (os homossexuais). A partir dela, várias outras organizações foram criadas, mas talvez as mais significativas tenham sido a Mattachine Society e as Daughters of Bilitis, de 1951 e 1955 (Jagose, 2000).

A Mattachine Society, cuja grande parte dos fundadores eram membros do Partido Comunista, via homossexuais como uma minoria oprimida por uma cultura dominante. Devido à repressão perpetrada pelo macartismo, a sociedade acabou se dividindo. A Daughters of Bilitis era direcionada às lésbicas e suas questões. Ambas as organizações repudiavam travestis ou lésbicas masculinizadas e alegavam que a condição homossexual era congênita.

Embora os homófilos possam parecer conservadores para os padrões de hoje, temos que manter em perspectiva que foram esses grupos que abriram caminho para a reflexão sobre os direitos dos homossexuais (Jagose, 2000).

## **2.2 O movimento gay**

O marco do movimento gay foram os acontecimentos de 1969, no Stonewall Inn, bar frequentado por homossexuais, em New York. Esse bar vinha sofrendo incursões policiais repetidamente, até que, em 28 de junho daquele ano, os gays reagiram a pedradas e garrafadas, ou seja, não se submeteram como sempre ocorria durante as incursões (Nunan, 2001; Jagose, 2000). A reação foi possível devido ao contexto da

época, pois a década de 60 foi marcada pela contra-cultura, pelo desafio à cultura dominante.

O movimento gay se articulava com outros movimentos de liberação, como o movimento negro, o feminismo. Não admitia liberdade para uns, sem libertar os outros. Para os ativistas gays, o sistema social vigente tinha que ser destruído, pois acreditavam que aqueles que participavam do sistema jamais o transformariam. “Uma identidade gay era uma identidade revolucionária que buscava acabar com o sistema que havia marginalizado e patologizado a homossexualidade” (Jagose, 2000: 37). Segundo Jagose (2000:38), o que mais distingue a estratégia do movimento gay do homófilo é o fato de aquele desacreditar a opinião profissional médico-psiquiátrica e buscar que as pessoas assumissem publicamente sua identidade gay.

Os participantes do movimento gay argumentavam que os conceitos tradicionais de sexo e gênero impediam as pessoas de perceberem seus verdadeiros eus. Livrar o mundo dos conceitos de sexo e gênero permitiria que as pessoas não fossem mais obrigadas a se reconhecerem como heterossexuais ou homossexuais (Jagose, 2000: 41). Hoje, vemos estes mesmos conceitos serem questionados, sobretudo pela Teoria Queer, muito embora seus teóricos não estejam preocupados em libertar gays da opressão a partir do reconhecimento de uma identidade específica.

O movimento gay americano se expandiu pelo mundo, alterando a organização social ocidental ao gerar uma identidade gay pública, funcionando politicamente.

### **2.3 Homoafetividade no Brasil**

Segundo Parker ([1999]2002), para se compreender o surgimento de comunidades gays hoje, há que se considerar o desenvolvimento econômico e político do Brasil. No campo econômico, devido aos processos de industrialização e urbanização, que substituíram a agricultura e a produção doméstica, os filhos e a procriação passaram a ser menos necessários. Esse aspecto, aliado aos novos sistemas de transporte que facilitavam o deslocamento, permitia que os indivíduos se deslocassem em busca de trabalho em outros lugares (p.166), saindo do jugo familiar a que eram submetidos e entrando em contato com novas formas de pensar. Entretanto, a divisão rígida de classes sociais ainda

imperando no país impedia a formação de grupos baseados em orientação sexual, pois a questão primordial era a ascensão em termos de classe social.

No campo político,

“o modelo autoritário de organização política que predominou na vida brasileira durante mais de vinte anos de ditadura militar também limitou severamente o domínio da liberdade pessoal e a própria noção de identidade pessoal (sexual e outras) como um modelo de organização política.” (Parker, [1999]2002: 169).

É necessário lembrar que não só os militares foram responsáveis pela opressão à homoafetividade. Segundo Green (2004), a esquerda brasileira dos anos 60, inspirada no Maoísmo e na Revolução Cubana, associava homossexualidade à contra-revolução e atrelava as relações entre pessoas de mesmo sexo à burguesia. Assim, “aqueles que apresentassem tais comportamentos” ficavam “na posição de inimigos da classe” (Green, 2004:424). O autor coloca, ainda, que, no Primeiro Congresso de Educação e Cultura de Cuba, de 1971, foi declarado que “a homossexualidade era ‘anti-social’”, influenciando os revolucionários brasileiros que eram treinados naquele país, sobretudo porque essa premissa se afinava com a visão predominante sobre homoafetividade no Brasil (p.424).

Com a redemocratização da sociedade brasileira ao longo das décadas de 80 e 90, uma política de homossexualidade em torno de uma noção de identidade gay começou a vigorar. No campo econômico, o contexto neoliberal que buscava aproximar a realidade brasileira às democracias neoliberais, sobretudo aos Estados Unidos, favorecia essa política (Parker, [1999]2002:171). A “interação entre sistemas sociais locais e forças econômicas e políticas generalizadas ao longo das últimas décadas do século XX” proporcionaram uma reestruturação “na natureza da vida brasileira e o caráter da interação do Brasil com o sistema global maior” (Parker, [1999]2002:294-5). O contato com o exterior, a importação de estilos e símbolos gays internacionais é uma realidade hoje. Entretanto, não é simplesmente uma adoção da cultura anglo-européia, mas uma resignificação em nível local. (p.296-7).

O capitalismo neoliberal e sua política de mercados facilitou, indiretamente, a difusão da homossexualidade. Os gays agora também são vistos como consumidores e consumidores com dinheiro na mão para usufruir de lazer e compras. Segundo Trevisan

(2000), o conceito importado de GLS – gays, lésbicas e simpatizantes – permitiu a expansão do gueto para quaisquer pessoas, proporcionando maior visibilidade. Essa estratégia que ultrapassa “os padrões convencionais de militância”, confundindo “os limites entre atividades lúdicas, comerciais e militantes”, gerou uma “prática cultural diversificada”, “sem a exasperação das bandeiras levantadas” (p.378-9).

No campo da mídia, a homoafetividade ganhou espaço significativo nos últimos anos. Revistas começaram a apresentar capas e matérias extensas sobre gays. Na edição de junho de 2003, a revista *Veja* exibiu em sua capa o título da reportagem em foco: “Gays. A vida fora do armário”. Explorando as dificuldades encontradas no seu cotidiano, a reportagem enfatizou a importância do gay como consumidor, portanto, para o comércio. Na *Super Interessante* de julho de 2004, a matéria em destaque responsável pela capa é o casamento gay. Nela, a revista se posiciona claramente a favor da união civil entre pessoas de mesmo sexo, apontando para a injustiça do tratamento desigual entre homo e heterossexuais. Jornais publicam matérias favoráveis e novelas apresentam gays de forma menos estereotipada.

Entretanto, o estigma que cerca a homoafetividade é ainda muito presente. Os jornais e revistas, além das matérias citadas acima, publicam dezenas de episódios de agressões homofóbicas sofridas por gays. As novelas, mesmo que passem uma imagem mais “normal” dos homoafetivos, ainda não se sentem confortáveis de mostrar cenas de afeto entre pessoas de mesmo sexo. A novela *América*, exibida pela TV Globo em 2005, simplesmente não mostrou o beijo esperado entre os personagens Bruno e Zeca. No campo jurídico, gays ainda esperam pela aprovação do projeto de Parceria Civil Registrada, de autoria de Marta Suplicy e apresentado ao Congresso Nacional em 1995.

Assim, podemos perceber que, se o Brasil mudou suas políticas com relação à homoafetividade na vida pública, por outro lado, ainda tem fortemente enraizado a visão da homoafetividade como prática sexual marginal, impedindo aqueles que se relacionam com pessoas de mesmo sexo de gozarem dos mesmos privilégios dos heterossexuais.